

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

DIREITO COMERCIAL

PROGRAMA DE ENSINO

2.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1 9 6 1

PROGRAMA DE DIREITO COMERCIAL

2.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

1.^a PARTE

Direito Marítimo e Aeronáutico

I

1. Comércio marítimo: importância e desenvolvimento histórico.
2. Conceito de Direito Marítimo.
3. Fontes do Direito Marítimo.
4. Particularismo e unificação do Direito Marítimo.

II

5. O navio: seu conceito e natureza jurídica.
6. Parte e acessórios do navio.
7. Individualização do navio.
8. Nacionalidade.

III

9. Modos de aquisição da propriedade do navio.
10. Modos originários: a construção.

11. Modos derivados.
12. Limitação da responsabilidade do proprietário do navio.
13. O armador.

IV

14. O condomínio naval.
15. Parceria marítima.

V

16. O capitão do navio e a tripulação.
17. Direitos e deveres.

VI

18. Transportes marítimos. O contrato de fretamento.
19. Conhecimento de transporte.
20. Transporte de passageiros.

VII

21. Conceito e classificação de avaria.
22. Avaria grossa.
23. Avaria simples.
24. Liquidação das avarias.

VIII

25. Abalroamento; conceito e espécies.

26. Responsabilidade pelo danos.

IX

27. Assistência e salvamento marítimos.
28. Distinção entre a assistência e o salvamento.
29. Obrigações legais.

X

30. Seguro marítimo: natureza jurídica.
31. Os riscos e o prêmio.
32. O instrumento do contrato.
33. Direitos e deveres dos contratantes.
34. Abandono subrogatório.

XI

35. Créditos marítimos.
36. Privilégios creditórios.
37. Hipoteca naval.

XII

38. Direito aeronáutico: fontes dêsse direito.
39. O espaço aéreo; liberdade de tráfego.
40. Direito de vôo sôbre propriedade privadas.

XIII

41. Aeronave: conceito e natureza jurídica.

- 42. Nacionalidade.
- 43. Matrícula.

XIV

- 44. Transporte aéreo: passageiros e carga.
- 45. Instrumento do contrato de transporte aéreo.
- 46. Responsabilidade do transportador.

XV

- 47. Abalroamento e avarias.
- 48. Assistência e salvamento.

XVI

- 49. Seguro aeronáutico — objeto do seguro.
- 50. Os riscos e o prêmio.
- 51. Direito e deveres dos contratantes.

XVII

- 52. Créditos aeronáuticos.
- 53. Privilégios.
- 54. Hipoteca aeronáutica.

2a. PARTE

FALÊNCIA

XVIII

- 55. Desenvolvimento histórico do concurso creditório.

56. Natureza jurídica da falência.

XIX

57. Caracterização da falência. Cessaçõ de pagamentos, insolvabilidade e impontualidade.
58. Outros fatos indicativos da falência.
59. Legislaçõ brasileira.

XX

60. Pessoas sujeitas à falência. O comerciante singular e as sociedades mercantis.
61. Ampliaçõ da falência aos não comerciantes.
62. Falência póstuma.
63. Declaraçõ judicial da falência. Juizo competente.
64. Pessoas que podem requerer a falência; elementos necessários.
65. Defesa do devedor.
66. Sentença declaratória ou denegatória da falência; recursos.

XXII

67. Efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência.
68. Efeitos quanto aos direitos dos credores.
69. Efeitos quanto à pessoa do falido.
70. Efeitos quanto aos bens do falido.
71. Efeitos quanto aos contratos do falido.
72. Revogaçõ de atos praticados pelo devedor antes da falência.

XXIII

- 73. Administração da falência.
- 74. O síndico; investidura, deveres e atribuições.
- 75. Arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido.

XXIV

- 76. Restituição de bens: hipóteses em que pode ocorrer o processo.
- 77. Embargos de terceiros.

XXV

- 78. Verificação de créditos; conceito.
- 79. Processo da habilitação de créditos e seu julgamento.
- 80. Recursos.
- 81. Revisão dos créditos.
- 82. Classificação dos créditos.

XXVI

- 83. Realização do ativo.
- 84. Venda dos bens.
- 85. Outros modos de liquidação do ativo.
- 86. Pagamento aos credores da massa e da falência.

XXVII

- 87. Extinção das obrigações do falido.
- 88. Processo.
- 89. Efeitos.

XVIII

90. Concordatas: natureza jurídica e espécies
91. Embargos à concordata.
92. Efeitos da concordata.
93. Rescisão.

XXIX

94. Concordata preventiva: condições para require-la.
95. O processo da concordata preventiva.
96. Decisão e recursos.
97. Concordata suspensiva: oportunidade da proposta.
98. O processo da concordata suspensiva.
99. Decisão e recursos cabíveis.

XXX

100. Crimes falimentares.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife

Prof. Murilo de Barros Guimarães
Catedrático



